

OS VENTOS DO NORTE NÃO MOVEM MOINHOS

THE WINDS OF THE NORTH DO NOT MOVE MILLS

Manoel Fernandes de Sousa Neto – USP

poesiamano@uol.com.br

Resumo

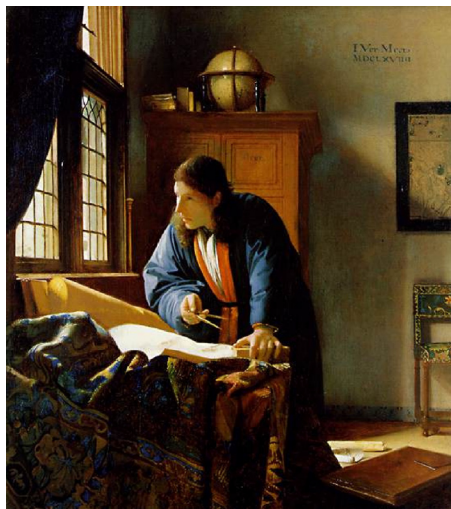
O presente trabalho propõe mirar o mundo a partir do Sul, para analisar as transformações políticas nas atuais configurações geográficas do planeta, fazendo um rápido balanço do debate acerca do fim dos Estados Nacionais no âmbito do Capitalismo tardio.

Palavras-chaves:

Abstract:

This paper proposes targeting the world from the South, to analyze the political transformations in the current geographical configuration of the planet, making a rapid assessment of the debate about the order of the National under late capitalism.

Key-words:



The Geographer, Johannes Vermeer, datada de 1668-1669.

De fato, defenderei a tese de que temos muito em comum com os neoliberais: a rigor, praticamente tudo – exceto o essencial!

Frederic Jameson, 1996.

Há uma pintura feita por Johannes Vermeer datada de 1668-1669 intitulada *The Geographer*, bem demonstrativa de uma tradição das artes plásticas holandesa do século XVII que está diretamente ligada à cartografia e resulta dos avanços científicos no campo da ótica (BLACK, 2005, p. 28). A imagem que a tela enquadra é a de um homem cercado de objetos no interior de uma sala. A sala possui uma estante sobre a qual se vê um globo, uma mesa onde encontra-se aberto um grande livro, um pequeno compasso repousa à espera de uso. O homem olha para fora através de uma janela e é por essa janela que adentra a iluminação que se derrama sobre tudo aquilo que se encontra no interior da pequena sala.

O que *O Geógrafo* olha está fora e não sabemos que paisagem sua visão encontra, mas o pintor parece dizer que mira-se o mundo e o mundo refletido na retina de quem olha se derrama com a luz do sol pelo diminuto ambiente de trabalho. A metáfora em cores quentes parece nos dizer que o papel do geógrafo está nessa busca de compreender o vasto mundo para o qual se olha, e que ele representa sempre de maneira muito limitada nos mapas, nos globos, nos atlas.

As janelas pelas quais podemos deixar o sol entrar e os sentidos saírem são muitas, inclusive poderíamos fazer uma história das janelas para perceber as diversas maneiras de homens e mulheres vislumbrarem o mundo ou deixarem o mundo penetrar o interior desse universo particular dos espaços em que se vive e trabalha.

Em seu livro *Condição Pós-moderna* (1995) o geógrafo David Harvey fez uma belíssima tessitura das diversas maneiras culturais e artísticas de conceber, produzir e representar o espaço, passando pela escultura, pintura, cinema, fotografia, literatura e arquitetura com o fito de analisar as transformações ocorridas no mundo a partir das múltiplas e imbricadas crises ocorridas a partir de princípios da década de setenta do século XX. Nessa obra, ao olhar o mundo, propôs que ocorrera aquilo que denominou de *compressão espaço temporal*.

A compressão espaço temporal explicar-se por uma manutenção das condições físicas do planeta, mas em uma diminuição absurda entre os tempos em que se conectam os lugares e, logo, na relativa minoração das distâncias. As distâncias reduzidas às quais se refere a tese da compressão espaço

temporal, não são apenas aquelas que o sistema mundial de pesos e medidas inaugurou em fins do século XIX no interior da lógica capitalista de uniformização no mundo, mas as distâncias que explodem como relação histórica e social entre as mais diversas comunidades humanas do mundo.

Esse mundo olhado por David Harvey (1995), exigiu e exige cada vez mais que se o compreenda na sua inextricável costura social e histórica. Por isso, Milton Santos, em artigo intitulado *O Espaço Geográfico Como Categoria Filosófica* (1988), já nos ensinava a partir de Aristóteles que não pode existir aquele que não esteja em dado lugar, em certo momento histórico. E poderíamos aqui voltar a discutir o que era a janela, o mundo e a geografia para Vermeer em fins do século XVII, naquele sentido de que os objetos que compõem o mundo estão, pois, repletos da história social da humanidade.

Daí, dessa perspectiva talvez, tenha resultado o esforço de Milton Santos quando escreveu *Espaço e Método* (1985), com o desiderato de refletir sobre como a partir das formas espaciais é possível se perceber o processo de formação histórico das sociedades. A partir da idéia de que há estruturas, processos, funções e formas Milton Santos buscou demonstrar, espacial, social e historicamente como o espaço geográfico é uma acumulação de tempos desiguais. O sentido, pois, é de imaginar que não há espaço geográfico sem uma sociedade que historicamente o faz, no seu sentido material e simbólico.

O fato de que o espaço não é coisa dada, natural, acabada, foi exposta de maneira muito clara por um não geógrafo como Michel Foucault (2004), quando de sua entrevista à revista Heródoto, onde o mesmo denunciava que o mundo por ele vivido exigia que se olhasse a riqueza do espaço com suas simultaneidades e se deixasse de vê-lo como morto, fixo, petrificado, imóvel. Essa entrevista de Foucault abre as reflexões de um geógrafo como Edward Soja (1993) que resolveu escrever um livro cujo título é *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, onde trata longamente sobre a necessidade de colocar o espaço no seu devido lugar no âmbito da teoria social crítica e pensar a dialética não só a partir do tempo e da história, mas também do espaço com sua riqueza de processos simultâneos, paralelos, intercambiantes e mutáveis.

A questão, que a esta altura das palavras se poderia colocar, diz respeito às razões pelas quais a geografia ou os geógrafos e mesmo alguns não geógrafos propõem a riqueza do espaço na análise da sociedade capitalista desde o último quartel do século XX? Por que discutir o espaço ou considerar que a dimensão espacial se tornou para as ciências sociais e humanas tão importante e tão decisiva para compreender o presente histórico que vivemos?

Poderíamos aqui nos apropriar desde já de Marshal Bertram (1986) e do seu famoso *Tudo Que É Sólido Desmancha no Ar*, para indicarmos que a riqueza do tempo, a noção de progresso e a fidelidade ao devir foram promessas próprias do pensamento moderno partejado do ventre iluminista, dentre os quais estariam não apenas pensadores de grande compromisso com os projetos da burguesia, mas figuras contrárias à sociedade capitalista também eram modernas, como é o caso de Karl Marx. Pensar historicamente seria pois indispensável à lógica moderna de conceber o mundo e o espaço representaria, por outro lado, uma espécie de *contra tempo*, um freio detendo os motores acionados pela dinâmica da história.

É por essa razão, que buscando um Marx lacunar nesse campo, David Harvey (1990) foi à procura dos espaços vazios que haviam em *O Capital* sobre o espaço para escrever *Os Limites do Capitalismo e a Teoria Marxista* e tratar de questões, por exemplo, como o desenvolvimento geográfico pouco uniforme do capitalismo e a elaboração das mais diferentes formas de configuração espacial a partir da imensa multiplicidade de atividades humanas, materiais e simbólicas, sob a égide do capitalismo. Marx, pouco preocupado com o espaço, como os demais de sua geração, para explicar a sociedade em que vivia, reservou ao tempo e à história o foco de suas interpretações.

Não esqueçamos, entretanto, o papel fulcral da história para o pensamento moderno. Daí propor-se que essa espacialização de tudo estaria em outro extremo, de certa maneira, colada ao advento do que se convencionou chamar de pós-modernidade, onde se reservaria para o debate sobre espaço o lugar que até então não havia merecido. Esse fenômeno acabou deslocando um sem número de intelectuais para discutir aquilo que até então os geógrafos de maneira ingênua e errônea imaginavam ser sua seara ou para lembrar Pierre Bourdieu, seu *campo* e seu *habitus*.

Em verdade, ninguém em sã consciência afirmaria ser o espaço uma propriedade dos geógrafos, embora alguns acreditem nisso, mas nunca como dantes o espaço havia sido tão decisivamente requerido para pensar as transformações por que passa o mundo. E poderíamos nos perguntar então: *por que agora o espaço desafia o tempo como dimensão indispensável à leitura do mundo contemporâneo?*

A resposta talvez possa vir de Milton Santos (1994), quando ainda em 1992 leu diante da platéia que assistia a conferência de abertura de *Os Novos Mapas do Mundo*, que vivíamos uma aceleração contemporânea que modificava em definitivo nossas noções de tempo-mundo e espaço-mundo, sendo

concomitantemente a tentativa de nos imporem ideologicamente um tempo-mundo e um espaço-mundo hegemônicos. Por isso mesmo afirmaria:

Temos, sem dúvida, um tempo universal, tempo despótico, instrumento de medida hegemônico, que comanda o tempo dos outros. Esse tempo despótico é responsável por temporalidades hierárquicas, conflitantes, mas convergentes. Neste sentido todos os tempos são globais, mas não há um tempo mundial. O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas e os lugares. (Santos, 1994, pp. 31)

Ao pronunciar essas palavras, algumas delas ainda bastante novas para a época como globalização, o que Milton Santos estava a nos propor é que o tempo só encontraria sentido nos lugares, e os lugares seriam dessa maneira diferentes do que venderia a ideologia de um só e mesmo mundo ao mesmo tempo para todos, ao ponto de o tempo só encontrar nos lugares uma expressão material e simbólica distintiva.

Muitos dos arautos da globalização leriam nesse fenômeno o fim do espaço, dos territórios (Badie, 1995), das fronteiras, dos Estados Nacionais (Giddens, 1991) e até mesmo da geografia (Bauman, 1999). Um sem número de autores (Batista Jr. 1998; Chesnais, 1996; Wallerstein, 2002b), por outro lado, trataria o fenômeno da globalização como um mito, uma criação ideológica não muito sofisticada e alertaria para o fato de muitas das mudanças serem mais aparentes que reais, embora admitindo que o mundo a partir do anos de 1970 passara por transformações sem retorno.

Foram estas transformações sem retorno, ocorridas após os setenta anos iniciais do século passado, que puseram o debate sobre o espaço geográfico na ordem do dia, em um lugar novo e exigindo portanto leituras que não haviam sido feitas ou passado despercebidas ou sido submetidas a amplos processos de apagamento.

Por isso, para nós, é importante por em relevo que o tempo, em diversos matizes do pensamento moderno, foi utilizado para provocar o esquecimento do espaço geográfico como construto e condição humana ou para sobrepor sobre as demais espacialidades uma que seria modelar, uniformizadora, civilizadora. Esse processo ocorreria por intermédio da destruição desses espaços, de sua incorporação como exóticos ou de sua hibridização com a inserção de elementos apropriados metamorficamente.

O projeto de tornar o mundo de todo moderno se elaborou, como bem sabemos, do estabelecimento de um certo modelo de mundo. Este projeto modernizador do mundo, como bem propôs Bruno Latour, tentou realizar muitos processos de purificação, mas ele próprio é simbólico e materialmente resultante de múltiplas e multifacetadas hibridizações. O projeto em dado momento, circunscrito na Europa e desejoso de se realizar em escala planetária, já nasce híbrido e não puro, é já resultado de um longo tempo que mescla muitos lugares e não resultado de um ato inaugural. O que talvez seja efetivamente novo é o sentido que isso ganha, no interior de uma poderosa armadura que resulta de uma tradição inventada, como tão bem nos ensinou Terence Ranger e Eric Hobsbawm (1984).

A própria noção de moderno, portanto, nasce como resultante de um imenso processo de depuração ou purificação que busca dar a idéia de que o mundo deveria ser um único lugar. Ademais, a partir dessa proposição é que a noção de progresso tem um sentido regressivo e naturalizador, buscando a barbárie da unificação de tudo a qualquer preço, onde evoluir significa involuir, abolir o diverso e celebrar a unicidade a qualquer custo.

É nesse sentido que aqueles que proclamam a pós-modernidade, em realidade tentam redimir o projeto modernizador nascido das entranhas do iluminismo e trazem agora à baila a importância do espaço geográfico. Um dos males da modernidade teria sido, portanto, relegar o espaço ao esquecimento e só perceber riqueza na história, apontando assim para um resgate que teria de realizar uma nova depuração, colocar o espaço fora do tempo ou fazer do espaço uma espécie de tempo presentificado. Em realidade, o que a pós-modernidade deseja é que esqueçamos a história e façamos de conta que o mundo que hoje temos, a espacialidade ora constituída e constituidora, tem sua continuidade efetiva no projeto pós-modernizador. Em outras palavras, depois de todo o mal, comecemos do zero, voltemos a reencantar o mundo como se nada tivesse ocorrido até então, esqueçamos o projeto político que a modernidade significou para os colonizadores e retomemos o mundo como se não houvesse pecado algum ao Norte do Equador.

É assim que os pós-modernos buscam a todo custo negar a razão iluminista, o número como seu cânon, o esclarecimento como seu projeto. O fazem, muitas vezes, a partir da reedição do que ficou sobre os escombros. Triturando tudo, todo o passado, para cimentar sob seu pastiche colorido o que não deve mais ser exumado.

É de Walter Benjamin, em seu belíssimo *Teses Sobre a História*, a proposta de *que só podemos esquecer aquilo que temos coragem de lembrar*.

E a primeira coisa que é preciso lembrar talvez é que a razão não é uma invenção do iluminismo, como tão bem nos ensinou Theodor Adorno e Max Horkheimer, mas uma faculdade dos homens e em sendo assim pode ser encontrada no Ulisses, de Homero, e em sua astuciosa razão instrumental que busca submeter a natureza, os mitos e outros homens à sua dominação.

O que o discurso pós-moderno busca realizar é um reencantamento do mundo, como se fosse possível negar a faculdade da razão como coisa humana e esvaziar o sentido histórico e político de como os homens, ao Norte, em dado momento histórico, criaram a Ciência, o Ocidente, a Modernidade, o Liberalismo, o Estado-nação, o Capitalismo. Até porque só é possível ser pós-moderno aos que viveram a experiência da modernidade, mas não aos demais. Àqueles que jamais foram modernos restaria uma espécie de salto sobre o abismo de cerca de pelo menos três séculos.

É possível, em alguns casos, até rir de maneira bastante jocosa do debate sobre a existência ou não do Estado-nação nos dias de hoje, já que para muitos, em diversos lugares do Planeta, o projeto liberal não passou de uma piada.

É nesse sentido, embora aprofundemos isso logo mais, que o discurso pós-moderno é essencialmente conservador. É conservador por seu caráter aparentemente despolitizado; por propor que realiza um ato inaugural, quando o que realiza é uma espécie de retorno ao mesmo lugar – o de que só se pode pronunciar a verdade de um certo lugar do ocidente; por colocar sob o fogo da crítica apenas os processos que acometem a vida cotidiana dos indivíduos que habitam no epicentro da crise da modernidade, sem considerar os que jamais tiveram acesso aos benefícios que a modernidade pode proporcionar (Wallerstein, 2002).

Entretanto, como nos propõe David Harvey

A geografia histórica do capitalismo há sido simplesmente notável. Povos com maior diversidade de experiência histórica, que viviam em uma série de circunstâncias físicas incríveis, tem ficado unidos, as vezes com alianças mas à maioria das vezes pelo exercício cruel da força bruta, em uma unidade complexa sob a divisão internacional do trabalho. As relações monetárias tem penetrado até o último rincão do mundo, em quase cada aspecto da vida social e inclusive na vida privada. Esta subordinação forma da atividade humana ao capital, exercida através do mercado tem sido complementada cada vez mais por aquela subordinação real que requer que se converta o trabalho, em mercadoria-força de trabalho por meio da acumulação originária. Esta transformação radical das relações sociais não tem avançado uniformemente. Tem avançado mais rapida-

mente em uns lugares que em outros. Se há resistido a ele fortemente aqui e a ele se há dado boas vindas acolá. Tem penetrado de forma relativamente pacífica em um lugar e com violência genocida em outro. (1990, 376)

Ao levantar essas questões, o que David Harvey está a nos propor é que o projeto de modernização do mundo entremeou diversos tempos e espaços geográficos distintos e de maneira tão diversa e perversa quanto complexa, com a intenção precípua de tornar tudo uma coisa só ou de tudo submeter à lógica da mercadoria. A geografia histórica teria, nesse caso o papel de buscar compreender como se deram esses processos de uniformização, essa penetração de um mundo hegemônico em mundos que se buscava destruir, agregar, submeter, incorporar, dando ao colorido multitemporal e multiespacial do planeta uma única demão de tinta. Por essa razão, discutir o significado do moderno ou do pós-moderno ou mesmo de pré-moderno, deixando de fora o que significou a emergência do capitalismo, é querer desconhecer que a racionalidade moderna que orientou todo esse processo, aí sim, tem datação inicial no longo século XVI e não em Ulisses de Homero; bem como pode ser situada na Europa que nasceu da destruição de diversas outras europas, com processos também violentíssimos de uniformização e que permitiram que a Europa buscasse ser o mundo.

Seria agora o momento de buscar compreender como fora, em diversas escalas, os mapas espaço-temporais desses múltiplos submetimentos de diversas outras razões humanas à racionalidade da moderna mercadoria, em função mesmo dos graus e formas de resistência que se lhes ofereceu no mundo e dos desenhos híbridos de que resultou. É hora efetiva de olhar sobre a demão de tinta que se propôs única, quais as diversas cores subjacentes e o modo como acabaram por se fundir. É hora de revirar os escombros para ver nos esmagamentos espaço-temporais as experiências, as razões, as culturas, as naturezas, as sociedades que foram submetidas ao fogo do processo de conformação de um sistema-mundo.

Há algumas coisas sendo feitas nesse sentido, e gostaria aqui de citar dois trabalhos que parecem ilustrar um pouco dessas preocupações. O primeiro deles, de uma geógrafa argentina, Perla Zusman (2000), intitulado *Terras para o Rei*, busca compreender como o processo de conformação das fronteiras argentinas resultou da destruição das comunidades indígenas, da sua cultura e da própria natureza. Um outro trabalho é de um historiador brasileiro, José Augusto Pádua (2002), intitulado *Um Sopro de Destruição* e defende a tese de que só é possível compreender a devastação das florestas

brasileiras a partir da instituição da escravidão desde o período colonial. Em ambos os casos se busca no passado colonial compreender muitas razões do nosso presente, o mais relevante para nós entretanto é o fato de que não está a se falar de qualquer processo de colonização, mas de um processo de colonização moderna, capitalista e conformadora de um sistema-mundo pela primeira vez em dimensões planetárias.

E é claro que se só podemos, como já nos ensinou Jacques Le Goff (2002), compreender o moderno em sua relação com o antigo, devemos começar a buscar um antigo que não seja relativo apenas àquilo que sempre consideramos como moderno. Significa o mesmo que buscar fora do moderno, fora do ocidente, aquele antigo que em boa dose não possa ter sido jamais tomado como referência e que jaz à espera de exumação. Um antigo que jamais poderia ter se desdobrado nesse projeto de modernidade capitalista e que se tentou enterrar vivo, para que nenhum projeto moderno diferente do que aí está pudesse ser proposto ou vicejar. Por isso, para nós, o pós-moderno é, ainda dentre outras coisas, a tentativa desesperada de sepultar de vez o que ficou para trás.

Daí podermos dizer que o projeto de modernidade à serviço da racionalidade capitalista se realizou plenamente, estabeleceu um sistema-mundo, fez da forma mercadoria a imagem e semelhança de todas as coisas. Neste sentido todos somos modernos. Por isso mesmo, a modernidade pensada em torno da realização do Estado-Nação, por exemplo, com todas as suas promessas de universalização de direitos e cidadania, é irrealizável para todos e, portanto, como ser pós-modernos se nem modernos nós pudemos ser? Como pensar em fim dos Estados nacionais se em muitos lugares eles sequer se realizaram?

Para Imanuel Wallenstein (2002), em seu livro *Após o Liberalismo?*, teria havido três momentos históricos aos quais se poderia denominar, de diferentes formas, de modernidade. O primeiro e mais longo deles se estenderia por trezentos anos e se daria entre os quatrocentos e os setecentos. O segundo período se estabeleceria entre 1789 e 1968, abarcando desde fins dos setecentos até meados do século XX. O terceiro e último período seria aquele vivido por nós. O que seria comum para Wallenstein na modernidade seria o fato de ela apregoar ao mesmo tempo a melhoria tecnológica e propor a liberdade – o par modernidade tecnológica/modernidade da libertação. Na primeira fase que aponta, as duas modernidades teriam corrido juntas, na segunda, se teria realizado o avanço das tecnologias, mas não a realização da liberdade sendo que o liberalismo teria conseguido mascarar essa diferença

e, por fim, na última fase, este fosso entre liberdade e tecnologia teria se tornado ainda maior e agora estas duas liberdades travariam uma luta aberta. Em poucas palavras, a libertação proposta pelos avanços que a tecnologia traria, mediante a leitura moderna de progresso, caiu francamente por terra, por ser irrealizável no âmbito do capitalismo.

Assim, aquilo que tão bem Wallenstein denominou de geoculturas a partir da conformação de um sistema-mundo¹, começaria a ruir por volta do fim dos anos sessenta e início dos anos setenta do século XX, com a crise do liberalismo e da modernidade. Porém, o período de crise não possibilitou ainda o surgimento de uma outra geocultura no interior de um novo sistema-mundo. A crise, por sua vez, estaria inscrita em pelo menos quatro aspectos estruturais que seriam essenciais: 1) a tendência crescente à diminuição da reserva de mão-de-obra barata; 2) a dificuldade de manter os níveis de consumo da crescente classe média em nível mundial; 3) a pressão ecológica; 4) o abismo demográfico com a fortíssima pressão migratória do Sul para o Norte.

Uma das questões centrais da modernidade, entretanto, e que será levantada por Wallenstein (2002), diz respeito ao fato de que a emergência do liberalismo se deu nas cristas do colonialismo, sendo impossível compreender o projeto liberal moderno sem compreender o que significou os processos de colonização. A colonização foi um processo de negação daquilo que o liberalismo apregoava, e sem a qual o liberalismo não teria economicamente se realizado.

Em outras palavras, o liberalismo que propunha a liberdade ao Norte realizou-se como escravidão ao Sul. O liberalismo que propunha a cidadania plena a partir da constituição do Estado-nação ao Norte, ao Sul, consubstanciou por intermédio do mesmo projeto de Estado-nação a negação as maiorias populacionais que ali habitavam ou que para lá haviam sido expatriadas. O liberalismo que se propôs liberdade ao Norte, se deu como dominação ao Sul.

Nesse sentido, casavam-se os projetos político de liberalismo e o projeto epistemológico de modernidade. Ao mesmo tempo que propugnavam de maneira ampla a libertação da natureza pela razão, buscavam civilizar os selvagens e barbarizar os resistentes. Ao mesmo tempo que defendiam a igualdade política de todos os povos, apoiavam-se em idéias racistas e sexistas como forma de controle, regulação e dominação. Ao mesmo tempo que fazia emergir um mundo novo e luminoso, lançavam às trevas todos os saberes e ciências daqueles que habitavam o que eles denominaram de novo mundo.

É portanto a partir desse par dialético modernidade liberal/colonização que se busca agora, sob as ruínas do passado, compreender o papel histórico atual dos povos de passado colonial. Para os que fazem a crítica no âmbito da pós-modernidade esses apagamentos continuam, porque o seu referencial continua a ser a modernidade que se concebeu ao Norte, como nos ensina Boaventura Souza Santos (2004). Para o autor.

[...], a idéia de pós-modernidade aponta demasiado para a descrição que a modernidade ocidental fez de si mesma e nessa medida pode ocultar a descrição que delas fizeram os que sofreram a violência com que ela lhes foi imposta. Essa violência matricial teve um nome: colonialismo. Essa violência nunca foi incluída na auto-representação da modernidade ocidental porque o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo,[...]

Assim, poderíamos falar aqui de uma idéia muito cara a um dos iniciadores do debate sobre pós-colonialismo, Enrique Dussel (2003), que prefere o termo transmodernidade, para falar daquela modernidade da qual se participou de maneira exterior e na condição de vítima. Ao certo, o que está a se propor é que antes que se faça uma desconstrução da modernidade apenas em seus aspectos epistemológicos, se o faça também em seus aspectos políticos e econômicos. Ao não tentarmos fazer isso, podemos incorrer no risco de manter perpetuada a colonização, facilmente identificável nos dias atuais nos processos decorrentes do novo imperialismo apelidado de globalização e nos preceitos pós-modernos de que o passado passou e é impossível de ser modificado porque nada voltará a ser como antes.

Por essas questões ainda, é possível considerar como pós-moderno os novos processos de colonização. Como propõe Frederic Jameson (2006), o pós-modernismo seria uma característica cultural do capitalismo tardio – aquele que ora vivenciamos - e se proporia como uma nova metanarrativa que celebra a desrazão, a diferença e a fragmentação como totalidades. O pior, entretanto, e o mais bisonho da metanarrativa pós-moderna seria a aceitação do mercado como coisa natural. Daí as razões pelas quais se instituiria uma prática discursiva que buscava separar o conceito da realidade que busca apreender, como se o conceito pudesse existir sem sustentar-se sobre ou negando a materialidade do mundo em que fora elaborado. Tudo não passaria de um sem número de estratégias discursivas.

Interessante é que Milton Santos e David Harvey haviam já brincado com palavras que revelam um pouco dessa relação entre o que se busca representar e aquilo que é representado. Milton Santos (1994) disse que nestes tempos *os símbolos baralham, porque tomam o lugar das coisas verdadeiras*, e David Harvey (1995) nos contaria a prosaica história de que o pai apresenta sua filha a um amigo e quando este elogia a beleza da menina o pai responde: isso é porque você ainda não viu as fotos dela.

Na realidade Frederic Jameson (1996) está falando da imagem que se tem de mercado e o que ele é realmente, no sentido de que o mercado como conceito não é aquilo que ocorre na realidade. Portanto, se já havia uma completa negação entre realidade e conceito no caso de liberdade do mercado – não se compra o que quer, não se compra de quem quer, não se compra quando quer, isso se acentua quando estamos a pensar que os novos meios de comunicação possibilitaram um deslocamento imenso da produção para a circulação e consumo, apagando sobremodo os rastros do processo de destruição, exploração e subordinação através de uma ampla produção de imagens.

O que possibilita essa ampla produção e distribuição de imagens é resultado daquilo que Milton Santos denominou, a partir de 1970, de período técnico-científico-informacional. Período em que após termos vivido o domínio da natureza, da técnica e da ciência, viveríamos agora o domínio da informação. E que resultado de uma nova tecnoesfera, teríamos uma nova psicoesfera. Em outras palavras, a partir do surgimento da internet, apareceriam novos hábitos, como namorar pela internet, comprar pela rede, estabelecer contatos em tempo real com transmissão de imagem para todos os lugares em conexão.

E em boa dose, em função do advento de novos meios técnico-científico-informacionais, da crise de crescimento com o fim dos anos de ouro do capitalismo, da crise energética propiciada pelo aumento no preço do petróleo, da crise do Estado do Bem Estar Social no centro do mundo moderno ocidental, que se situará por volta de fins dos anos sessenta e início dos anos setenta do século, a crise da modernidade, o contexto para o advento do neoliberalismo e a emergência do termo globalização como coisa nova.

A densa tese que David Harvey (1995) apresenta no início de seu *Condição Pós-Moderna* reafirma o que agora estamos a dizer

Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972.

Essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço.

Embora a simultaneidade nas dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases a priori em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de 'compressão do tempo-espaço' na organização do capitalismo.

Mas essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostraram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova.

Em outras palavras o que Harvey (1995) está a tentar nos dizer é que as transformações não modificaram substantivamente aquilo que nasceu como par do discurso moderno, ou seja, o capitalismo colonizador. Se vivemos hoje o que chamaria de acumulação flexível, após o fim da rigidez de acumulação que era própria da hegemonia do fordismo-keynesianismo, é porque teríamos aprofundado sob muitos aspectos os processos fulcrais do capitalismo. Isso é bastante visível quando se trata das transformações aparentes por que passou o dinheiro, virtualizado eletronicamente por intermédio dos cartões de crédito e débito, mas mantendo e até mesmo aprofundando o seu papel fetichizador, a sua capacidade de circular velozmente e de propiciar a valorização e desvalorização dos lugares com sua imensa volatilidade.

Assim, quando se tenta explicar uma Nike ou Benetton que não produzem tênis ou roupas, mas imagens e muitas delas calcadas no atributo do reconhecimento à diferença étnica ou sexual, ou mesmo se faz o elogio ao hibridismo, se esquece que a marca e os seus produtos encobrem os processos de superexploração aos quais são submetidos trabalhadores em Quixera-mobim e Jacarta.

Enfim, quando nada é tão maravilhoso aos geógrafos como poder olhar através de um programa como o windows através da internet, aquilo que nos conecta de maneira imediata ao olho do satélite e nos faz ver desde o planeta azul até o pequeno detalhe da árvore da rua em que moramos imaginamos que continuamos a olhar pela mesma janela do colonizador, com os mesmos instrumentos e lógica econômica tornada hegemônica a partir do Norte e de seu projeto modernizador.

É claro, com as muitas hibridizações, com as imensas pressões migratórias, com o fato de muitos do Sul terem se deslocado ideologicamente em direção ao Norte, não se possa falar do Norte e do Sul como metáforas geográficas de recortes puros, mas é possível imaginar que o olhar pela janela só pode ocorrer com a pintura em perspectiva, que surge no renascimento – a mesma que separa campo e cidade – e que a abertura dessa janela em perspectiva, implicou no fechamento de outras janelas, perspectivas e olhares. O que fez com que me lembrasse de Paulo Leminski (1994), um poeta híbrido, e do seu poema que nos diz:

Ouverture La Vie en Close

em latim

“porta” se diz “janua”

e “janela” se diz “fenestra”

a palavra “fenestra”

não veio para o português

mas veio o diminutivo de “janua”,

“januela”, “portinha”,

que deu a nossa “janela”

“fenestra” veio

mas não como esse ponto da casa

que olha o mundo lá fora,

de “fenestra”, veio “fresta”,

o que é coisa bem diversa

já em inglês

“janela” se diz “window”

porque por ela entra

o vento (“wind”) frio do norte

a menos que a fechemos

como quem abre

o grande dicionário etmológico

dos espaços interiores

Paulo Leminski – La Vie en Close

Por fim, ao começar a escrever este texto lembrei muito das palavras de Anibal Quijano no X Encontro de Geógrafos da América Latina, quando o mesmo falou do quarto centenário do clássico *Dom Quixote de La Mancha* de Miguel de Cervantes, que inaugurou o romance moderno e pregou o advento do capitalismo.

Para Quijano (2003), não só o projeto liberal de modernidade não se realizou completamente, como mantém-se a perspectiva colonialista desde que *Quixote* luta contra os seus moinhos de vento ao Norte. Ela hoje se expressa nas agências reguladoras que esvaziam o papel do Estado que nunca se constituiu efetivamente na América Latina; na restrição de pensamento imposto pelo poderio militar norte-americano; na restrição cada vez maior dos espaços públicos em detrimento dos interesses privados das grandes empresas.

Por isso, para Quijano, há questões nossas que ainda estão por resolver. Talvez jamais possamos constituir um Estado Nacional, mas talvez seja possível um Estado plurinacional. Talvez não seja possível a emancipação proposta pela modernidade ou pós-modernidade, mas um outro tipo de emancipação a partir de onde nós possamos falar e ser ouvidos.

Ao fim e ao cabo, a certeza de que nos importa não estarmos vencidos e sabermos que para destruir certos monstros, os nossos moinhos não podem ser movidos pelos ventos frios do Norte.

1 “Todo sistema internacional tem a sua geocultura, embora possa ser preciso algum tempo para ela se estabelecer num determinado sistema histórico. Aqui eu uso a palavra ‘cultura’ no sentido que usualmente lhe atribuem os antropólogos, o de um conjunto de valores e regras básicas que, de forma consciente e inconsciente, regem a retribuição dentro do sistema e criam um conjunto de ilusões que tende a induzir seus membros a aceitarem a sua legitimidade. Sempre houve, em todo sistema internacional, pessoas e grupos que rejeitavam os valores geoculturais parcial ou totalmente, e que lutavam contra eles. Mas, contanto que a maioria esclarecida do sistema aceite ativamente esses valores e a maioria das pessoas comuns não pratique um ceticismo ativo, podemos dizer que a geocultura existe e seus valores permanecem.” (2002, 152-153)

Referências

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa, Instituto Piaget, 1996. (304p.)

- BATISTA JR., Paulo Nogueira. “Mitos da Globalização”. In: **Estudos Avançados**, n. 32, janeiro/abril. São Paulo, USP, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- BLACK, Jeremy. **Mapas e história: construindo imagens do passado**. Tradução Cleide Rapucci. Bauru/SP, EDUSC, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand, 1998.
- CHENAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo, Xamã, 1996.
- DUSSEL, Enrique. “Europa, Modernidad, Eurocentrismo”. In: LANDER, Edgard (compilador). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Clacso, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 20ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 2004.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo, Editora UNESP, 1991.
- HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 2ª ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro, DP&A, 1998.
- HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. Traducción de Mariluz Caso. México, Fundo de Cultura Económica, 1990.
- _____. **Condição pós-moderna**. 5ª ed. São Paulo, Loyola, 1995.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- JAMESON, Frederic. “O Pós-Modernismo e o Mercado”, In: ZIZEK, Slavoj (org.) **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos: ensaios de antropologia simétrica**. 2ª ed. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP, Editora da UNICAMP, 2003.
- LEMINSKI, Paulo. **La vie en close**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1776-1888)**. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade del Poder, eurocentrismo y América Latina.” In: LANDER, Edgard (compilador). **La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Clacso, 2003.
- SANTOS, Boaventura Souza. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Setembro de 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo, Hucitec, 1994.

_____. **espaço e método**. São Paulo, NOBEL, 1995.

_____. "O Espaço Geográfico Como Categoria Filosófica." In: O Espaço em Questão – **Revista Terra Livre**, 5. São Paulo, AGB/Marco Zero, 1988.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

ZUSMAN, Perla Brígida. **Tierras para el rey**. Tese de Doutorado. Barcelona, Universidade Autônoma, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Trad. Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Como Concebemos o fim do mundo: ciência social para o século XXI**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Manoel Fernandes de Sousa Neto – Doutor em geografia e professor da Universidade de São Paulo

Recebido para publicação em dezembro de 2008

Aceito para publicação em janeiro de 2009